



RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2023



ÍNDICE

3	APRESENTAÇÃO
4	RESULTADOS 2023
4	Propostas apresentadas pela Coalizão para governos eleitos são adotadas
6	Movimento envia contribuições para políticas públicas de cinco ministérios
7	Organizações elaboram proposta para rastreabilidade de commodities
8	Ganho de escala e articulações foram focos da agenda para restauração
10	Programa de silvicultura de nativas recebe doação de US\$ 2,5 milhões
12	FT Bioeconomia cria Painel da Floresta e promove audiência pública no Senado
13	Construção e regulamentação de Lei de Concessões Florestais mobilizam FT
15	Coalizão sugere diretrizes para criação de mercado regulado de carbono
16	Nova força-tarefa trará cooperativas para discutir segurança alimentar
18	Debates sobre temas estratégicos são promovidos em fóruns internacionais
19	GOVERNANÇA E ENGAJAMENTO
19	Mudanças nas Forças-Tarefa refletem nova estratégia de atuação
20	Engajamento do agro e reforço na Coordenação Executiva pautam atividades
21	Diagrama da estrutura da Coalizão
22	ADVOCACY
23	COMUNICAÇÃO
24	PRESTAÇÃO DE CONTAS
25	AGRADECIMENTOS
26	SOBRE A COALIZÃO

Wildnerdpix/iStock



APRESENTAÇÃO

Em 2023, a palavra de ordem da **Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura** foi “implementação”. A rede dedicou o ano à construção e ao monitoramento das contribuições elencadas no documento “O Brasil que vem: propostas para a agenda agroambiental do país a partir de agora”, lançado em novembro de 2022 e endereçado a governos e parlamentares eleitos, que descreveu 33 medidas fundamentais para a viabilização do desenvolvimento sustentável.

A **Coalizão** criou e redefiniu o escopo de algumas Forças-Tarefa (FTs) para atender às novas demandas. Ampliou os debates sobre rastreabilidade e transparência na cadeia produtiva de commodities, inaugurou discussões ligadas à segurança alimentar, convergiu seus trabalhos relacionados à regularização fundiária e ordenamento territorial.

Foi um ano de encontros. As FTs reuniram-se mais de 200 vezes, um recorde na história do movimento. Deram, assim, novos passos em diversas frentes, da construção de uma política nacional de bioeconomia à qualificação de dados sobre restauração e reflorestamento.

Foi, também, um ano de resultados e ampliação do trabalho de advocacy, como o acolhimento de contribuições enviadas em consultas públicas do governo federal. Porta-vozes da **Coalizão** participaram ativamente de audiências no Congresso Nacional e levaram propostas do movimento a ministérios e parlamentares.

A influência da rede sobre a agenda agroambiental brasileira foi demonstrada em diversos momentos. A **Coalizão** participou da construção do texto da lei que aumentou a atratividade econômica das concessões florestais. O movimento foi consultado pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável da Presidência da República sobre as diretrizes para o mercado de carbono regulado no país. Sua reivindicação pela retomada de um plano para o controle do desmatamento na Amazônia, o PPCDAm, foi contemplada por uma medida provisória logo no primeiro dia do novo governo. Depois, a **Coalizão** foi convidada para o lançamento da consulta pública de uma iniciativa semelhante voltada para outro bioma, o PPCerrado.

O movimento envolveu-se em 70 eventos, levando sua pauta a fóruns internacionais, como a Cúpula da Amazônia, a Climate Week de Nova York e a Conferência do Clima de Dubai (COP 28). Comunicou-se com transparência, detalhando a atuação de cada FT em boletins, nas redes sociais e em seu novo site. E encerrou 2023 com 377 organizações em suas fileiras, consolidando-se como um espaço plural e propositivo, onde a busca por consensos gera políticas de Estado.

Neste documento, descrevemos nossos principais resultados de 2023. E reforçamos desde já o compromisso de agir com proatividade e dinamismo na busca por um país mais justo e sustentável em 2024.

*Fernando Sampaio e Renata Piazzon
Cofacilitadores da Coalizão*



PROPOSTAS APRESENTADAS PELA **COALIZÃO** PARA GOVERNOS ELEITOS SÃO ADOTADAS

No documento “O Brasil que vem”, endereçado a governos e parlamentares eleitos em 2022, a **Coalizão** defendeu que o desenvolvimento sustentável fosse alicerçado em três pilares: combate ao desmatamento, segurança alimentar e geração de emprego e renda. As propostas foram extensamente divulgadas em ações de comunicação e advocacy e já começaram a gerar frutos. Em 2023, nove das 33 propostas elaboradas pela rede foram cumpridas pelo Executivo federal. ▶

Quatro medidas definidas como emergenciais pela **Coalizão** foram tiradas do papel. Tal como demandado, o governo federal restabeleceu a governança do Fundo Amazônia, aumentou a representação da sociedade civil em colegiados, atualizou planos de prevenção e controle do desmatamento da Amazônia e do Cerrado e retomou a homologação de Terras Indígenas (TIs) – esta iniciativa foi realizada em meio a controvérsias entre os três Poderes.

Na frente de combate ao desmatamento, o governo assinou a demarcação de novas TIs, tal como solicitado pelo documento da **Coalizão**. Outro pleito atendido pelo Executivo federal foi a atualização da meta climática brasileira. O Congresso, por sua vez, não deu andamento a

projetos de lei (PL) que visavam reduzir as áreas de biomas e unidades de conservação. A postura do Legislativo converge com o posicionamento da **Coalizão**, que pediu que os PLs com esta finalidade fossem suspensos.

Entre as contribuições apresentadas no eixo de segurança alimentar, uma delas foi implementada: o aprimoramento do Plano Safra – que, em sua nova edição, aumentou os investimentos em agricultura de baixa emissão de carbono.

Uma proposta voltada à geração de emprego e renda também deixou o papel: o fortalecimento do Programa Bolsa Verde, retomado em 2023 através de um acordo de cooperação técnica interministerial, destinando R\$ 92 milhões para o fomento rural. As famílias identificadas em um cadastro único terão um incentivo trimestral de R\$ 600. ▶



SAIBA MAIS:

- 'O Brasil que vem': sumário executivo
- 'O Brasil que vem': nota técnica

Renato Grandelle



△ Imersão de Líderes de Fóruns de Diálogo e Forças-Tarefa da Coalizão

iStock

MOVIMENTO ENVIA CONTRIBUIÇÕES PARA POLÍTICAS PÚBLICAS DE CINCO MINISTÉRIOS

Além da apresentação de proposta, a **Coalizão** contribuiu ativamente com consultas públicas lançadas pelo governo federal. O movimento participou de nove iniciativas do gênero, promovidas por cinco ministérios, um recorde em sua história. As proposições são construídas a partir do debate entre especialistas e lideranças de diversas Forças-Tarefa (FTs) do movimento.

Pelo quinto ano consecutivo, a **Coalizão** enviou contribuições para o Plano Safra, principal instrumento da política agrícola do país, gerenciado pelo Ministério da Agricultura e Pecuária. Uma série de medidas propostas pelo movimento foi adotada, como a destinação de um volume histórico de recursos (R\$ 6,93 bilhões) para o financiamento à agricultura de baixo carbono, além do impedimento à concessão de crédito rural para áreas com embargos emitidos por órgãos ambientais estaduais.

Outro destaque foi o envio de propostas para os planos de prevenção e controle do desmatamento da Amazônia (PPCDAm) e do Cerrado (PPCerrado), coordenados pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. Já o Ministério da Fazenda recebeu orientações para investimentos públicos e privados em atividades

produtivas através da consulta pública do Plano de Ação para Taxonomia Sustentável. Junto ao Senado Federal, o movimento defendeu a inclusão de impulsos que deem escala à bioeconomia na Política Nacional para o Desenvolvimento da Economia da Biodiversidade.

A **Coalizão** também participou de consultas públicas dos ministérios do Desenvolvimento Agrário e da Integração e Desenvolvimento Regional – caso do Programa de Bioeconomia e Desenvolvimento Regional Sustentável, o BioRegio. □

PLANOS COM CONTRIBUIÇÕES DA COALIZÃO:

- 🔗 **Atualização da Epanb**
- 🔗 **BioRegio**
- 🔗 **Plano de Ação para a Taxonomia Sustentável**
- 🔗 **Plano Safra 2023/2024**
- 🔗 **PNDEB**
- 🔗 **PPCDAm**
- 🔗 **PPCerrado**
- 🔗 **Tomada de subsídios: rastreabilidade para bovinos e búfalos**

ORGANIZAÇÕES ELABORAM PROPOSTA PARA RASTREABILIDADE DE COMMODITIES

O fortalecimento da rastreabilidade nas cadeias produtivas é uma medida fundamental para desassociá-las do desmatamento ilegal e promover a descarbonização da economia. A partir dessa reflexão e de demandas do mercado internacional, a Força-Tarefa (FT) Rastreabilidade e Transparência da **Coalizão** dedicou o ano à construção de contribuições voltadas ao estabelecimento de um sistema único de monitoramento das cadeias agropecuárias brasileiras.

Para conduzir o trabalho, a rede promoveu um alinhamento multissetorial com organizações dos setores da soja e da pecuária. Em reuniões online e em um [workshop em Brasília](#), membros da FT revisaram materiais técnicos e elaboraram estudos e artigos sobre rastreabilidade.

A partir dos encontros, a **Coalizão** idealizou uma estratégia de advocacy, em que propõe a criação de uma política nacional que apresente diretrizes para promover a rastreabilidade na produção de commodities.

No caso da soja, o trabalho estará focado nos desafios para que se possa reforçar a implementação das sugestões de inclusão do Cadastro Ambiental Rural (CAR) na Nota Fiscal e na Inscrição Estadual ao nível da fazenda.

Quanto à pecuária, as organizações envolvidas na FT defendem uma combinação de estratégias que atuem em duas frentes: a primeira são as iniciativas urgentes e transitórias, assentadas na adoção da rastreabilidade por lote. A segunda, a ser concretizada a médio e longo prazo, consiste na

rastreabilidade individual, considerada uma ação ideal.

Porta-vozes da **Coalizão** levaram as propostas do movimento ao Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa). Houve, ainda, diálogos de esclarecimento com as pastas da Fazenda, Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) e Desenvolvimento e Indústria (MDIC). A rede também enviou contribuições a uma tomada pública de subsídios do Mapa sobre a identificação individual de bovinos e búfalos, com numeração nacional e única. □

SAIBA MAIS:

- ➔ Proposta de Política Nacional de Rastreabilidade Individual Obrigatória
- ➔ Workshop: Contribuições para o avanço de uma política nacional de rastreabilidade e transparência

Carolle Alarcon



△ Oficina em Brasília discutiu desenvolvimento de política nacional de rastreabilidade na agropecuária



Divulgação/HD Mídia Produções/WRI Brasil



Projeto de restauração Poço de Carbono Florestal, da ONF Brasil, em Cotriguaçu, Mato Grosso

GANHO DE ESCALA E ARTICULAÇÕES FORAM FOCOS DA AGENDA PARA RESTAURAÇÃO

A restauração é fonte potencial para a geração de emprego e renda, tanto por meio das atividades diretas e indiretas envolvidas na cadeia da atividade, quanto nas oportunidades geradas após o plantio inicial. É, ainda, um elemento-chave para que o país cumpra suas metas climáticas estabelecidas no Acordo de Paris. Dessa forma, a **Coalizão** tem concentrado seus esforços em contribuir para que a restauração ganhe escala, reconhecendo seu potencial não apenas como uma ferramenta ambiental, mas também como uma estratégia viável para impulsionar uma transição para uma economia de baixo carbono.

Em 2023, a rede foi convidada pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) a integrar o comitê consultivo da Política Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa (Proveg), que tem ▶

como objetivo articular, integrar e promover a recuperação florestal, além de impulsionar a regularização ambiental das propriedades rurais. A **Coalizão** também ganhou assento em três câmaras consultivas temáticas que apoiarão a revisão do Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa (Planaveg), coordenado pelo MMA.

Para que tomadores de decisão possam elaborar suas iniciativas na área, ter um panorama das atividades de restauração no país é fundamental. Por isso, o Observatório da Restauração e Reflorestamento (ORR) passou em 2023 por uma revisão de dados e requalificação de critérios sobre vegetação secundária. Houve, ainda, um esforço de articulação com coletivos biomáticos para contribuir com seu fortalecimento e com a integração de suas plataformas ao ORR.

O Observatório também tem despertado atenção internacional: seu trabalho foi apresentado em Roma, na sede da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO). O ORR foi convidado a participar da Força-Tarefa de Monitoramento da Década da Restauração da

ONU e a promover a [interoperabilidade entre seus dados e o da plataforma oficial das Nações Unidas](#), a FERM.

Ainda no cenário internacional, a **Coalizão** apresentou os [benefícios múltiplos da restauração](#) na Climate Week de Nova York, em painel realizado em parceria com a re.green e o CEBDS no Yale Club. Este foi o primeiro de três eventos que o movimento está promovendo com foco no setor privado e na administração pública. Os outros dois devem acontecer em 2024. □

SAIBA MAIS:

- **Conheça o Observatório da Restauração e Reflorestamento**
- **'Brasil pode conciliar oferta e demanda por restauração', dizem líderes de força-tarefa**
- **Nota técnica: Avanço no desafio para integrar, qualificar e reportar os números de restauração no Brasil**
- **'Observatório da Restauração tem papel de articulação', explica secretária-executiva**

Fotos de divulgação



△ **Tainah Godoy, secretária-executiva do Observatório da Restauração e Reflorestamento, apresenta a plataforma na sede da FAO, em Roma**

PROGRAMA DE SILVICULTURA DE NATIVAS RECEBE DOAÇÃO DE US\$ 2,5 MILHÕES

Um importante impulso foi dado em 2023 ao Programa de Pesquisa e Desenvolvimento de Silvicultura de Espécies Nativas (PP&D-SEN) com o aporte, via doação, de [US\\$ 2,5 milhões do Bezos Earth Fund](#), a serem empregados na implementação de sítios de pesquisa na Amazônia e na Mata Atlântica. O projeto ocorre em parceria com o Parque Científico e Tecnológico do Sul da Bahia, responsável pelo estabelecimento dos sítios, enquanto a **Coalizão** se responsabiliza por ações de advocacy e comunicação.

O PP&D-SEN, lançado em 2021 pela **Coalizão** e instituições parceiras, é o primeiro programa nacional focado na pesquisa e desenvolvimento de espécies florestais nativas de alto valor econômico e produtivo. O objetivo é transformar a silvicultura de nativas em uma atividade de escala semelhante à de outros grandes setores agroindustriais do país, sendo assim uma importante contribuição para a economia florestal sustentável. ▶

Divulgação/WRI Brasil



Divulgação



Ao longo de 20 anos, o programa estudará 30 espécies florestais dos biomas Amazônia e Mata Atlântica e estabelecerá uma rede de sítios de pesquisas de longa duração, com o envolvimento de instituições de ensino e pesquisa, setor privado, governos e sociedade civil.

Em outra frente relacionada ao tema das nativas, a parceria estabelecida em 2021 entre a **Coalizão** e o governo do estado do Espírito Santo, atuante por meio do Grupo de Trabalho de Silvicultura de Espécies Nativas (GT Nativas), encerrou seu primeiro ciclo em 2023 e foi [renovada por mais três anos](#).

O GT deu início a uma interlocução com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) para solicitar ajustes no Sistema Nacional de Controle da Origem dos Produtos Florestais (Sinaflor), plataforma que integra o controle da origem da madeira, do carvão e de outros produtos ou subprodutos florestais. O diálogo tem como objetivo facilitar a inclusão de produtos de silvicultura de nativas, incentivando o plantio com fins econômicos dessas espécies.

Os principais resultados e ações dos primeiros três anos do GT Nativas foram [compilados](#) em um relatório de atividades. □

△
Equipes da Coalizão e do Parque Científico e Tecnológico do Sul da Bahia, organizações parceiras em projeto para o fomento à silvicultura de nativas

SAIBA MAIS:

- Conheça o Programa de Pesquisa e Desenvolvimento em Silvicultura de Espécies Nativas (PP&D-SEN)
- Relatório de Atividades do GT Silvicultura de Nativas Coalizão Brasil e governo do Espírito Santo



FT BIOECONOMIA CRIA PAINEL DA FLORESTA E PROMOVE AUDIÊNCIA PÚBLICA NO SENADO

A bioeconomia reúne alguns dos princípios fundamentais da **Coalizão**: seu conceito abrange a promoção do uso sustentável da biodiversidade, o desenvolvimento de sistemas agrícolas, a conservação ambiental e a inclusão socioeconômica de comunidades tradicionais. Para que o país usufrua de seu potencial, o movimento intensificou este ano as articulações voltadas à construção de uma política nacional para o tema e criou o [Painel da Floresta](#), que integra dados sobre a atividade, por meio da atuação dos membros da Força-Tarefa (FT) Bioeconomia.

A plataforma, construída em parceria com a iniciativa Uma Concertação pela Amazônia e com recursos do Fundo JBS pela Amazônia, trouxe inicialmente informações, extraídas de dados públicos, sobre três das principais cadeias produtivas da Amazônia – açaí, babaçu e cacau. Além do [webinar de lançamento](#), o painel também realizou dois encontros virtuais, dedicados à cadeia das [castanhas no Brasil](#) e a um debate sobre bioeconomia com especialistas do [IBGE](#).

iStock



Em outra frente de trabalho, a FT liderou a coleta de contribuições da Coalizão para consultas públicas relacionadas à agenda. O movimento levou propostas para a atualização da Estratégia e Plano de Ação Nacionais para a Biodiversidade (Epanb), a construção do Programa de Bioeconomia e Desenvolvimento Regional Sustentável (BioRegio) e para o Projeto de Lei (PL) 1855/2022, sobre a Política Nacional para o Desenvolvimento da Economia da Biodiversidade (PNDEB).

Ainda no Congresso, a **Coalizão** promoveu, durante a Virada Parlamentar Sustentável, em junho, uma [audiência pública sobre bioeconomia](#). Lideranças do movimento defenderam no Senado o uso responsável da biodiversidade e o desenvolvimento de sistemas agrícolas e florestais. □

SAIBA MAIS:

 [Conheça o Painel da Floresta](#)

Fotos de Divulgação/Carlos Tuyama



CONSTRUÇÃO E REGULAMENTAÇÃO DE LEI DE CONCESSÕES FLORESTAIS MOBILIZAM FT

Após três anos de articulações no Congresso, foi publicada, em maio de 2023, a Lei nº 14.590, que aumenta a atratividade econômica das concessões florestais, permitindo que a iniciativa privada pratique o manejo florestal sustentável, gerando renda e garantindo a conservação ambiental. A **Coalizão** teve um papel ativo na construção do texto aprovado no ▶



◀ Equipe registra dimensões de árvore para inventário florestal; plaqueta fixada na árvore traz código de referência para emissão de autorização de manejo florestal pelo Ibama



Legislativo, contribuindo com os debates do [Projeto de Lei \(PL\) 5.518/2020](#) e da [Medida Provisória \(MP\) 1.515/2022](#). Defendeu, também, a [sanção presidencial](#) do Projeto de Lei de Conversão (PLV) nº 7/2023, que culminou na nova lei.

A legislação tornou clara a possibilidade de se repartir, entre o parceiro público e o privado — bem como a comunidades locais e populações tradicionais —, o proveito econômico decorrente de incentivos às práticas sustentáveis.

Entre os avanços defendidos pela Coalizão e inseridos na lei estão o aprimoramento dos sistemas de fiscalização existentes, o aumento da segurança jurídica aos concessionários e a ampliação das atividades econômicas permitidas.

A regulamentação da lei também [mobilizou a Força-Tarefa \(FT\) Concessões Florestais](#), que

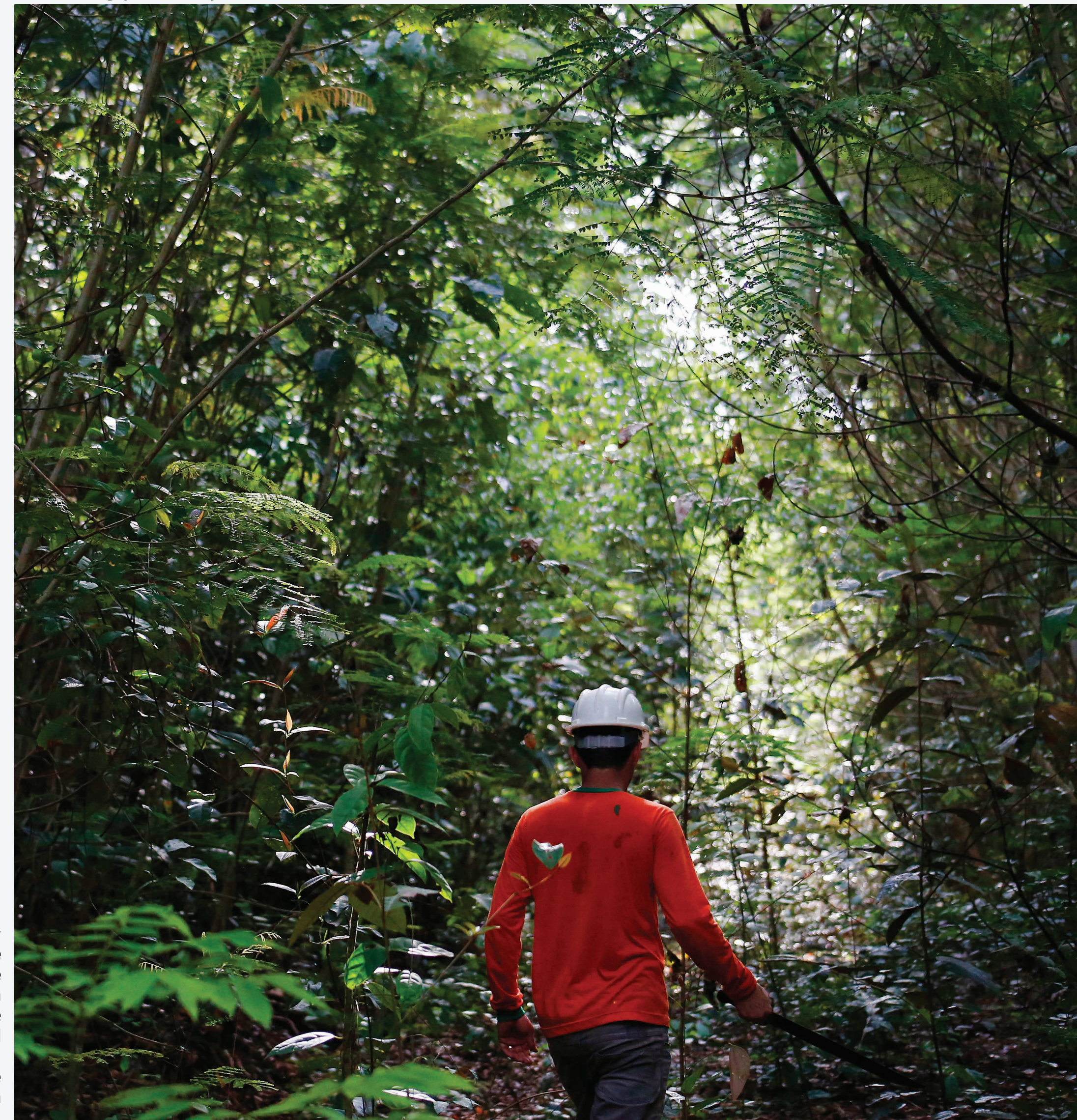
se dividiu em três frentes para consolidar uma proposição. Os grupos discutiram contratos vigentes e futuros voltados para manejo florestal, temas relacionados às unidades de conservação de proteção integral e a restauração florestal.

Após essas análises, a FT consolidou suas recomendações em uma proposta de decreto destinada à regulamentação da lei. Além de alinhar os interesses econômicos com as metas de transição ecológica do país, o texto aborda lacunas legais e propõe bases sólidas para a formação de parcerias público-privadas para a restauração florestal e a recuperação de áreas degradadas. □

SAIBA MAIS:

 **Propostas para regulamentação da Lei de Concessões Florestais**

Fotos de Divulgação/Carlos Tuyama



▶ Registro de árvores é realizado em unidade de manejo florestal na Floresta Nacional de Jacundá, em Rondônia

COALIZÃO SUGERE DIRETRIZES PARA CRIAÇÃO DE MERCADO REGULADO DE CARBONO

O mercado regulado de carbono é um dos instrumentos de mitigação que contribuirão para o alcance das metas climáticas do país. Sua estruturação, discutida há anos no Congresso, ganhou força em 2023 e mobilizou dezenas de organizações que compõem a **Coalizão**, que se manifestou em momentos cruciais.

Em agosto, o movimento [listou pontos relevantes](#) para as diretrizes do Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões (SBCE), após pedido do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável da Presidência da República para que a rede se manifestasse sobre o tema.

Na nota, a **Coalizão** defendeu que o SBCE zelasse pela integridade socioambiental e climática, incluindo tanto a redução quanto a remoção de carbono da atmosfera. Pediu, ainda, que salvaguardas socioambientais fossem incorporadas ao texto da lei, viabilizando a integração de povos e comunidades tradicionais e locais às oportunidades do mercado de carbono.

Já em novembro, a rede solicitou a [célere aprovação](#) do Projeto de Lei nº 412/2022, que, aprovado no Senado, chegava à Câmara dos Deputados.

Em novo posicionamento, a **Coalizão** defendeu que o PL deixasse aberto o caminho para que todos os setores econômicos integrem o SBCE. Reforçou, ainda, que o mercado regulado deve coexistir de forma harmônica com o mercado voluntário, o que ajudará a multiplicar o impacto na redução das emissões e no aumento das remoções de gases de efeito estufa.

No final do ano, porém, o projeto foi apensado na Casa a outro PL, o 2.418/2015, e passou por uma série de alterações sem os debates necessários. A **Coalizão** pediu em nota a [postergação](#) de sua votação, mas o PL foi aprovado ainda em dezembro de 2023. □

SAIBA MAIS:

- ➔ **Manifestação da Coalizão ao Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável sobre o sistema de comércio de emissões de carbono no país**
- ➔ **Posicionamento: Coalizão defende a célere aprovação do PL que regula o mercado brasileiro de carbono e sugere ajustes**
- ➔ **Nota pela postergação de votação de substitutivo do PL do mercado regulado de carbono**

Sakorn Sukkasemsakorn/iStock



Thiago Santos/iStock



NOVA FORÇA-TAREFA TRARÁ COOPERATIVAS PARA DISCUTIR SEGURANÇA ALIMENTAR

Elencada pela Coalizão como um dos pilares para o desenvolvimento sustentável, a segurança alimentar ganhou espaço na pauta global em 2023. O impacto climático da produção de alimentos foi levado às discussões da Conferência do Clima de Dubai (COP 28), realizada em dezembro, e o Brasil anunciou que a construção de soluções para o combate à fome estará entre as prioridades da cúpula do G20 em 2024, no Rio de Janeiro.

Wirestock/iStock



Maressa Andrioli/Ateliê Selva



Para contribuir com este debate tão complexo, a **Coalizão** ampliou o escopo de atuação da Força-Tarefa (FT) ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural), rebatizada como FT Segurança Alimentar. Um de seus objetivos será aumentar a [representatividade de cooperativas](#) e outros atores ligados à agricultura familiar na **Coalizão**, contribuindo para amplificar essas vozes.

Na COP 28, a **Coalizão** [endossou](#) o chamado à ação “Transformando os sistemas alimentares para as pessoas, a natureza e o clima”, idealizado pelos Atores Não-Estatais da conferência. Em sua declaração de adesão à iniciativa, a rede reforçou que o combate à fome é essencial para promover a prosperidade do Brasil, país mais biodiverso e um dos maiores produtores de alimentos do mundo.

O tema também mereceu atenção na 2ª Plenária da Coalizão em 2023, realizada

uma semana após a COP. O debate [“Transição dos sistemas alimentares: o caminho para uma economia sustentável”](#) contou com a participação de quadros dos ministérios da Fazenda e do Desenvolvimento Agrário, que dividiram o painel com representantes da academia e dos setores privado e financeiro. □

SAIBA MAIS:

- Declaração de Ação: Transformando os sistemas alimentares para as pessoas, a natureza e o clima
- Especialistas debatem a transição dos sistemas alimentares

DEBATES SOBRE TEMAS ESTRATÉGICOS SÃO PROMOVIDOS EM FÓRUNS INTERNACIONAIS

A **Coalizão** acentuou sua presença em reuniões internacionais em 2023. Em sua [1ª Plenária do ano](#), a rede promoveu um painel sobre o papel e as oportunidades do Brasil nas cúpulas globais e discutiu como poderia levar suas contribuições a esses fóruns, comprometendo-se com uma pauta alinhada aos desafios nacionais.

Divulgação/Ricardo Acioli



Em agosto, às vésperas da Cúpula da Amazônia, realizada em Belém, o movimento divulgou uma [carta aberta](#) em defesa do desenvolvimento integrado e sustentável das nações da região, destacando a importância do combate ao desmatamento e da criação de alternativas para geração de emprego e renda com a floresta em pé.

A rede foi [correalizadora de debates](#) sobre bioeconomia e rastreabilidade da carne nos Diálogos Amazônicos, evento que precedeu a cúpula na capital paraense e reuniu diversas organizações da sociedade civil, que elaboraram demandas apresentadas dias depois a chefes de Estado e governo da região.

Em setembro, a **Coalizão** levou [dois pontos centrais de sua agenda](#) à Climate Week de Nova York. Ao lado de CEBDS e re.green, o movimento organizou o painel "[Negócios para a natureza](#)", que abordou atividades econômicas sustentáveis, como a restauração florestal.

Já no evento "Reavaliando a cadeia de fornecimento da pecuária na Amazônia", realizado ao lado da Abiec no Interchurch Center, explorou a necessidade de se estabelecer um sistema de rastreabilidade individual do gado bovino.

A pecuária regenerativa e o financiamento da restauração também foram tema de painéis da Coalizão na Conferência do Clima de Dubai (COP 28), realizada entre novembro e dezembro, onde a rede também promoveu uma discussão sobre a transição dos sistemas alimentares. [Mais de 70 membros do movimento participaram da COP](#), incluindo cerca de 20 lideranças de forças-tarefa e dos grupos Estratégico e Executivo. Para promover suas atividades, a **Coalizão** levou [um documento em inglês](#) com as principais atividades realizadas até aquele momento em 2023. □

Divulgação/Ricardo Acioli



△ Renata Piazzon faz a abertura de painel sobre serviços baseados na natureza, realizado em parceria com a re.green na Climate Week, em Nova York

Alguns representantes da Coalizão na COP 28, em Dubai

SAIBA MAIS:

- ➔ Carta aberta em defesa do desenvolvimento integrado da Amazônia
- ➔ COP 28 integra debate sobre agricultura e ação climática
- ➔ Climate Week NY: "Negócios para a natureza"
- ➔ Materiais e agenda da Coalizão na COP 28
- ➔ Advances toward a low-carbon economy

Renato Grandelle



MUDANÇAS NAS FORÇAS-TAREFA REFLETEM NOVA ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO

Em 2023, a **Coalizão** passou por uma revisão estratégica para alinhar o foco idealizado para suas Forças-Tarefa (FTs). Entre as medidas tomadas, houve a reestruturação das FTs ATER e Dados de Desmatamento, que ampliaram suas atuações. A primeira assumiu o título Segurança Alimentar e, a segunda, Combate ao Desmatamento. A mudança teve como objetivo gerar conhecimento e promover discussões pautadas pelo documento "O Brasil que vem: Propostas para a agenda agroambiental do país a partir de agora", lançado pela Coalizão em 2022 como colaboração aos governos e parlamentares eleitos em outubro daquele ano.

A FT Rastreabilidade de Carne também aumentou seu escopo, abraçando outras cadeias de commodities, como a soja, tendo como pano de fundo a nova lei antidesmatamento da União Europeia, que pode causar impacto nas exportações brasileiras. A FT Rastreabilidade e Transparência, como passou a ser denominada, tem promovido encontros, inclusive uma oficina presencial em Brasília, com associações setoriais para a definição de uma proposta para

uma política e um sistema nacional de rastreabilidade.

Outra iniciativa realizada pelo movimento foi a criação da FT Fundiária, unindo diálogos sobre o tema que se encontravam distribuídos nas FTs Regularização Fundiária e Ordenamento Territorial.

A **Coalizão**, assim, dividiu sua atuação em 12 FTs ao longo do ano, que em diversas ocasiões realizaram reuniões conjuntas, refletindo a transversalidade dos temas abordados. A integração foi motivada pela construção de propostas para consultas públicas abertas por órgãos federais.

A **Coalizão** também buscou se aproximar das organizações que compõem suas filiadas ao realizar, pela primeira vez, uma Reunião de Membros. O encontro online ocorreu em junho e contou com cerca de 60 participantes. Na ocasião, os facilitadores, líderes de FTs e a Coordenação Executiva apresentaram a governança do movimento e esclareceram como os posicionamentos da rede são construídos. Devido à boa repercussão da iniciativa, decidiu-se que a reunião terá edições anuais. □

Divulgação/Claudio Reis



△ Em abril, Coalizão e o jornal "Valor Econômico" promoveram uma discussão sobre os 100 primeiros dias de mandato do governo federal (foto acima e abaixo, à esq.); em junho, plenária abordou oportunidades para o Brasil na agenda internacional (abaixo, à dir.)

Divulgação/Claudio Reis



Maria Isabel Oliveira



ENGAJAMENTO DO AGRO E REFORÇO NA COORDENAÇÃO EXECUTIVA PAUTAM ATIVIDADES

Em janeiro de 2023, Renata Piazzon, diretora-geral do Instituto Arapyaú, assumiu a cofacilitação da Coalizão, substituindo Rachel Biderman (CI), que chegou ao fim de seu mandato de dois anos. Piazzon dividiu o posto com José Carlos da Fonseca Jr, diretor-executivo da Indústria Brasileira de Árvores (Ibá). A nova cofacilitadora, que já integrava o Grupo Executivo do movimento e foi colíder

do Comitê Eleições 2022, estabeleceu como prioridade o fortalecimento do advocacy do movimento.

Outra frente de trabalho estratégica, capitaneada por Fonseca, foi a ampliação do engajamento do agro nas instâncias de governança da Coalizão. Este trabalho passou a ser liderado em 2024 por Fernando Sam-

Fotos de divulgação



△ Renata Piazzon, cofacilitadora e diretora do Instituto Arapyaú



△ Fernando Sampaio, cofacilitador e diretor de Sustentabilidade da Abiec

Maressa Andrioli/Ateliê Selva



△ Líderes de Forças-Tarefa discutem pautas prioritárias para o movimento em 2024

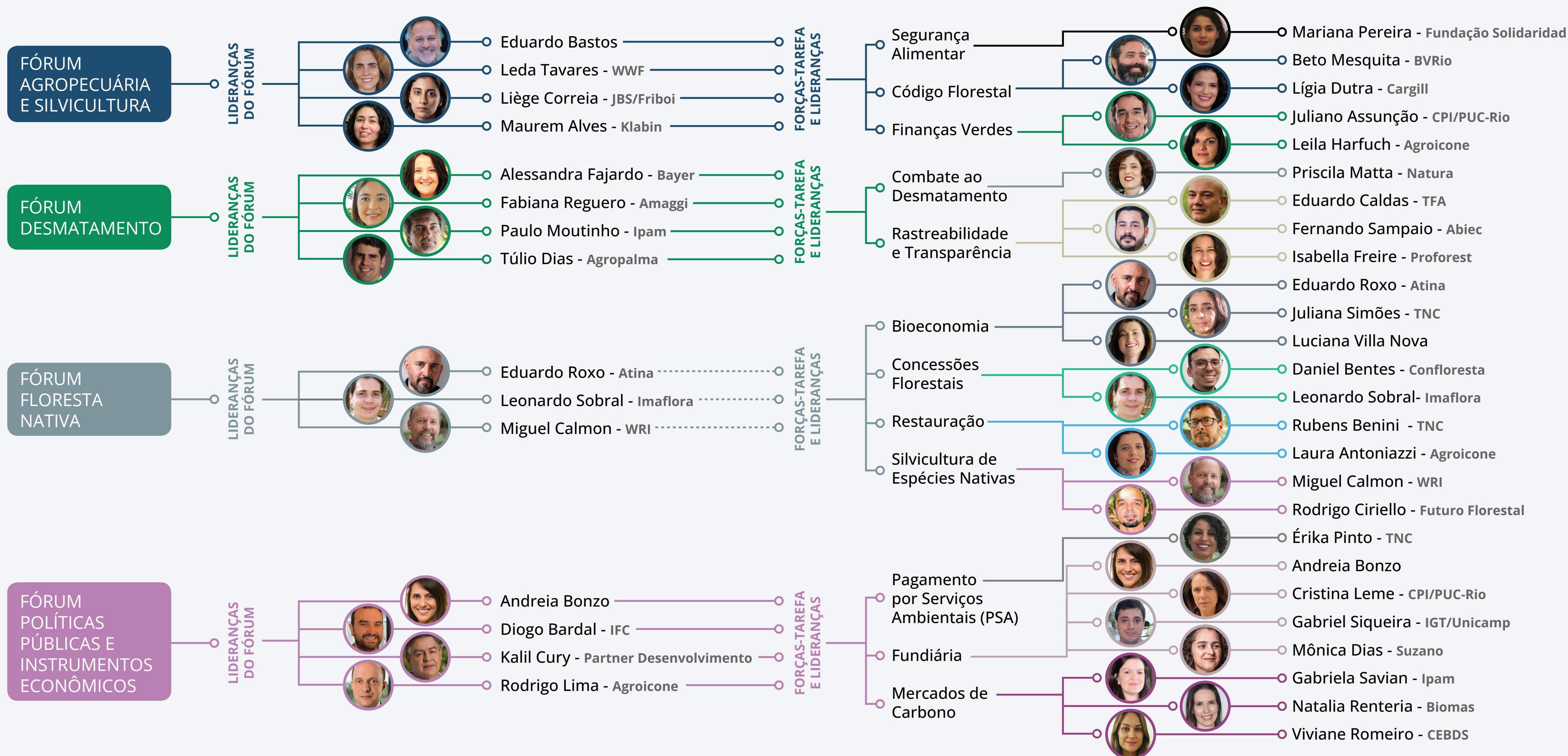
paio, diretor de Sustentabilidade da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne (Abiec), que foi anunciado em dezembro como o substituto de Fonseca na cofacilitação.

A Coalizão passou, ainda, por um processo de amadurecimento institucional em sua Coordenação Executiva, instância responsável pela gestão das atividades do movimento. A coordenadora executiva Laura Lamonica assumiu como gerente executiva, cargo criado com a fundação do Instituto de Apoio à Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura (IAC). Carolle Alarcon, então coordenadora de Re-

lações Institucionais, assumiu a recém-criada Coordenação de Advocacy e passou a atuar diretamente em Brasília. E Maiara Beckrich, analista sênior de Operações e Engajamento, foi promovida a coordenadora de Projetos, tendo entre suas responsabilidades a gestão das Forças-Tarefa e a captação de recursos.

Juntaram-se ao time Lucia Benedetti e Tatiley Vanziler, que assumiram, respectivamente, como coordenadora e analista de Operações. A Coordenação Executiva conta também com Joice Oliveira, analista sênior de Operações e Gestão da Informação, e Renato Grandelle, coordenador de Comunicação. □

DIAGRAMA DA ESTRUTURA DA COALIZÃO (ATÉ 31/12/2023)



ADVOCACY

Visando retomar e aprofundar a interlocução com tomadores de decisão, a **Coalizão** criou, em agosto de 2023, a Coordenação de Advocacy. A posição foi assumida por Carolle Alarcon, que passou a atuar em Brasília, liderando presencialmente a aproximação do movimento com atores do governo federal, Congresso Nacional e cooperação internacional.

A coordenação recebe o apoio do Comitê de Advocacy, nova instância do movimento liderada por Paulo Dallari, diretor de Relações Governamentais da Natura&Co, e de uma consultoria externa que dá suporte ao mapeamento de oportunidades para a apresentação das propostas da rede.

Com a nova estrutura, a **Coalizão** abriu diálogo em diversos endereços da Esplanada dos Ministérios, como nas pastas de Agricultura e Pecuária, Desenvolvimento Agrário, Desenvolvimento e Indústria, Fazenda, Meio Ambiente, Povos Indígenas e Relações Exteriores. No Congresso, estabeleceu contatos com as frentes parlamentares Ambientalista e da Agropecuária e com uma rede de advocacy colaborativa, como a Virada Parlamentar Sustentável. No Supremo Tribunal Federal, em diálogo com equipes de ministros da Corte, apontou riscos ao Código Florestal com a adoção do critério de identidade ecológica para a compensação de Reserva Legal.

O canal com o meio político pautou-se na implementação das propostas reunidas no documento “O Brasil que vem”. Para isso, a **Coalizão** participou da construção de projetos de lei e analisou decretos sobre temas como concessões florestais e mercado de carbono, além de contribuir com consultas públicas. Durante o ano, nove das 33 medidas apresentadas na publicação do movimento saíram do papel.

Em abril, a **Coalizão** organizou um evento, em parceria com o jornal “Valor Econômico”, em que fez um balanço sobre a agenda agroambiental dos 100 primeiros dias de governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Os dois painéis, promovidos em Brasília, reuniram parlamentares, representantes de ministérios e empresas do setor agropecuário e financeiro, assim como organizações da sociedade civil.

O movimento também manteve interlocução ativa com representações diplomáticas, participando de encontros com as embaixadas da Alemanha, Noruega, Reino Unido e União Europeia. A cofacilitadora Renata Piazzon esteve entre os sete membros de organizações da sociedade civil que se encontraram em Brasília com John Kerry, enviado especial para o clima dos Estados Unidos. Na ocasião, Piazzon pediu que a Casa Branca se comprometa com uma doação de ao menos US\$ 1 bilhão ao Fundo Amazônia, já que os EUA haviam anunciado a destinação de recursos à preservação da floresta. □

Divulgação/USAID



△ A cofacilitadora Renata Piazzon (quinta da esq. para a dir.) e outros representantes da sociedade civil reuniram-se com John Kerry (ao centro), enviado para o clima dos EUA

Divulgação



△ Carolle Alarcon, coordenadora de Advocacy (à esq.), participou de jantar com o vice-chanceler e ministro federal da Economia e Ação Climática da Alemanha, Robert Habeck, que reuniu representantes da sociedade civil

Divulgação



△ O cofacilitador Fernando Sampaio representou a Coalizão no lançamento da consulta pública do PPCerrado

COMUNICAÇÃO

A **Coalizão** atualizou sua identidade visual em 2023, adotando nova paleta de cores e repaginando o logotipo. As mudanças foram levadas a todo o material produzido pela rede, de documentos a postagens em redes sociais e convites de eventos.

Em junho, o movimento lançou um novo site, ampliando o con-

teúdo multimídia. Além disso, cada força-tarefa ganhou uma página, e o trabalho de todas elas pode ser acompanhado em um [Painel de Controle](#), que lista as discussões em andamento e os produtos desenvolvidos nos últimos dois anos. Este balanço é atualizado no fim de cada trimestre.

INDICADORES DE COMUNICAÇÃO



ASSUNTOS MAIS COMENTADOS:

- Conferência do Clima de Dubai (COP 28)
- Cúpula da Amazônia
- Lançamento do PPCerrado
- Posicionamento em defesa do desenvolvimento integrado da Amazônia
- Pedido para postergação da votação de substitutivo de PL sobre mercado de carbono

Siga a Coalizão nas redes sociais



Microgen/iStock



PRESTAÇÃO DE CONTAS

VALOR TOTAL DE DESPESAS 2023 = R\$ 3.015.879,72

REMUNERAÇÃO DA EQUIPE (42,46%)

Equipe dedicada integralmente à Coalizão (Gerente Executiva, Coordenador de Comunicação, Coordenadora de Projetos, Coordenadora de Advocacy, Coordenadora de Operações, Analista Pleno de Operações e Analista Sênior de Operações e Gestão da Informação).

ASSESSORIA JURÍDICA, CONTÁBIL, FISCAL E ADMINISTRATIVA (4,00%)

Despesa de apoio jurídico, contábil e auditoria.

DESPESAS OPERACIONAIS (6,38%)

Estrutura e serviços básicos da Coalizão.

SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO (14,00%)

Incluem o apoio prestado pela agência responsável pelos boletins de notícias e conteúdos das redes sociais da Coalizão, redação de artigos para revistas, design, tradução e assessoria de imprensa.

CONSULTORIAS (6,90%)

Despesas referentes à consultoria de advocacy e relações governamentais e também à consultoria de apoio às atividades de captação e acompanhamento das FTs.

PRODUÇÃO TÉCNICA (2,80%)

Despesas referentes ao apoio técnico na elaboração das contribuições da Coalizão às consultas públicas sobre Epanb e PPCerrado, além da produção de vídeos institucionais para o movimento.

EVENTOS E VIAGENS (11,76%)

Despesas relacionadas a viagens de representação do movimento em reuniões com interlocutores-chave, realização de eventos regionais e participação em eventos nacionais e internacionais, como Climate Week e COP 28.

PROJETO ROTA ELEIÇÕES (9,95%)

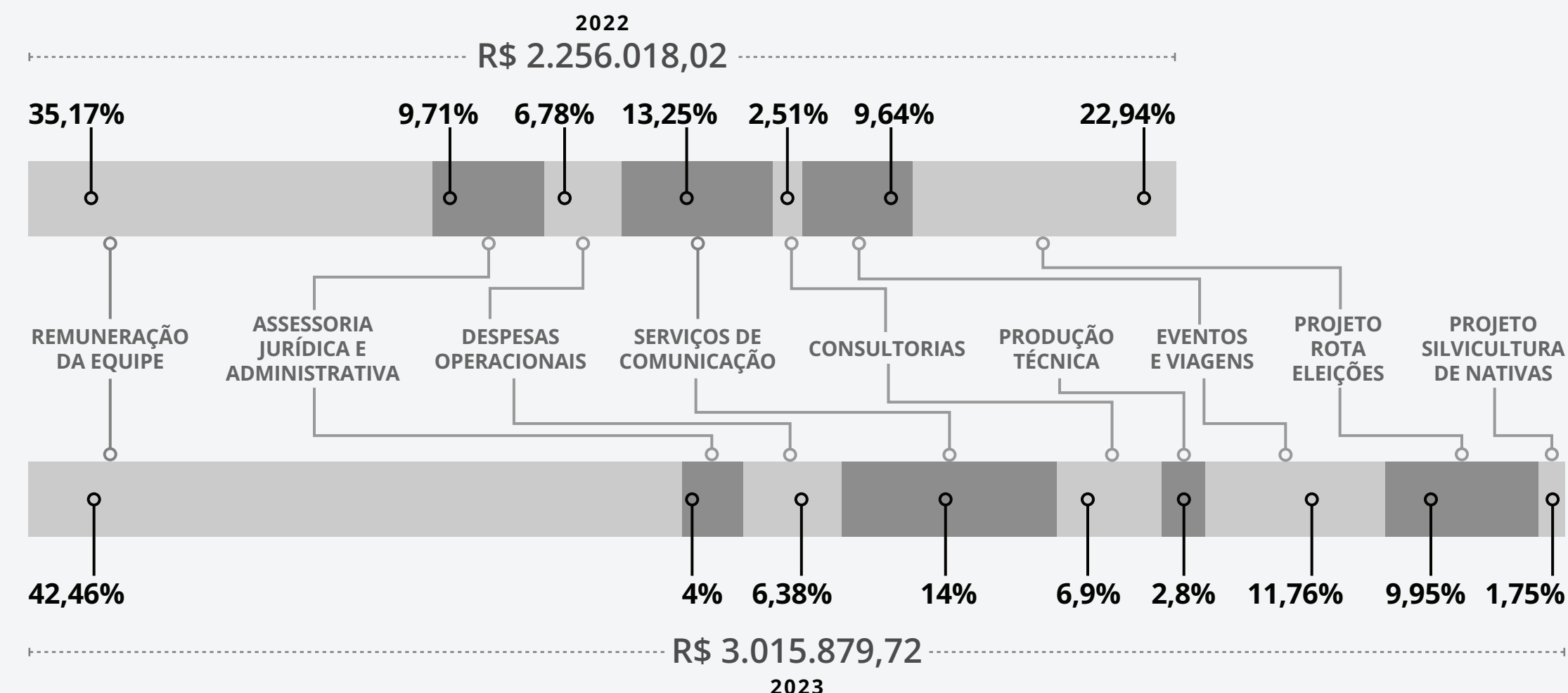
Despesas relacionadas ao evento “100 dias de governo: perspectivas para a agenda agroambiental no Brasil” realizado em parceria com o jornal “Valor Econômico” em Brasília.

PROJETO SILVICULTURA DE NATIVAS (1,75%)

despesas iniciais de um projeto de três anos realizado em parceria com o Parque Científico e Tecnológico do Sul da Bahia e financiamento do Bezos Earth Fund, visando a implementação do Programa de Pesquisa & Desenvolvimento em Silvicultura de Espécies Nativas. □

COMPARATIVO 2022 X 2023

Microgen/iStock



Microgen/iStock



AGRADECIMENTOS



NOSSAS LIDERANÇAS (ATÉ 31/12/2023)
GRUPO ESTRATÉGICO (GE)



**ANDRÉ
GUIMARÃES**
Ipam



**BETO
MESQUITA**
BVRio e Diálogo Florestal



**FERNANDO
SAMPAIO**
Abiec



**JOANA
CHIAVARI**
CPI/PUC-Rio



**JOSÉ CARLOS
DA FONSECA**
Ibá



**LUCIANA
NICOLA**
Itaú Unibanco



**MALU PINTO
E PAIVA**
Vale



**MARCELO
FURTADO**
Nature Finance



**MARINA
GROSSI**
CEBDS



**MAURICIO
VOIVODIC**
WWF Brasil



**RACHEL
BIDERMAN**
CI



**RICARDO
YOUNG**
IDS



**ROBERTO
WAACK**
Marfrig



**RODRIGO
CASTRO**
Fundação Solidaridad



**SUZANA
KAHN**
Coppe/UFRJ



**SYLVIA
COUTINHO**
UBS Brasil



**TASSO
AZEVEDO**
Especialista



**WALTER
SCHALKA**
Suzano

NOSSAS LIDERANÇAS (ATÉ 31/12/2023)
GRUPO EXECUTIVO (GX)



**CARLOS
ROXO**
Maker



**EDUARDO
BASTOS**



**FERNANDO
SAMPAIO**
Abiec



**JOÃO
ADRIEN**
Itaú BBA



**JULIANA DE
LAVOR LOPES**
Amaggi



**KAREN
OLIVEIRA**
TNC



**LIGIA
DUTRA**
Cargill



**MAUREM
ALVES**
Klabin



**PAULO
MASSI DALLARI**
Natura



**RODRIGO
CASTRO**
Fundação Solidaridad

NOSSAS LIDERANÇAS (ATÉ 31/12/2023)

COFACILITADORES E COORDENAÇÃO EXECUTIVA



FERNANDO SAMPAIO
Abiec e cofacilitador



RENATA PIAZZON
Instituto Arapyá e Cofacilitadora



CAROLLE ALARCON
Coordenadora de Advocacy



JOICE OLIVEIRA
Analista Sênior de Operações e Gestão da Informação



LAURA LAMONICA
Gerente Executiva



LUCIA BENEDETTI
Coordenadora de Operações



MAIARA BECKRICH
Coordenadora de Projetos



RENATO GRANDELLE
Coordenador de Comunicação



TATIELY VANZILER
Analista Pleno de Operações

NOSSAS LIDERANÇAS (ATÉ 31/12/2023)
LÍDERES DOS FÓRUNS DE DIÁLOGO E FORÇAS-TAREFA



**ALESSANDRA
FAJARDO**
Bayer



**ANDREIA
BONZO**



**BETO
MESQUITA**
BVRio e Diálogo Florestal



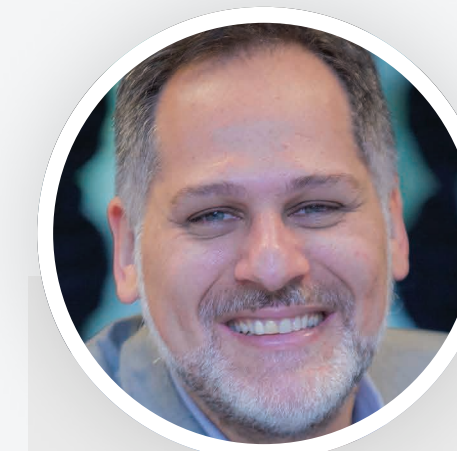
**CRISTINA
LEME**
CPI/PUC-Rio



**DANIEL
BENTES**
Confloresta



**DIOGO
BARDAL**
IFC



**EDUARDO
BASTOS**



**EDUARDO
CALDAS**
TFA



**EDUARDO
ROXO**
Atina



**ÉRIKA
PINTO**
TNC



**FABIANA
REGUERO**
Amaggi



**FERNANDO
SAMPAIO**
Abiec



**GABRIEL
SIQUEIRA**
IGT/Unicamp



**GABRIELA
SAVIAN**
Ipam



**ISABELLA
FREIRE**
Proforest



**JULIANA
SIMÕES**
TNC



**JULIANO
ASSUNÇÃO**
CPI/PUC-Rio



**KALIL
CURY FILHO**
Partner Desenvolvimento



**LAURA
ANTONIAZZI**
Agroicone



**LEDA
TAVARES**
WWF Brasil



**LEILA
HARFUCH**
Agroicone

LÍDERES DOS FÓRUNS DE DIÁLOGO E FORÇAS-TAREFA



**LEONARDO
SOBRAL**
Imaflora



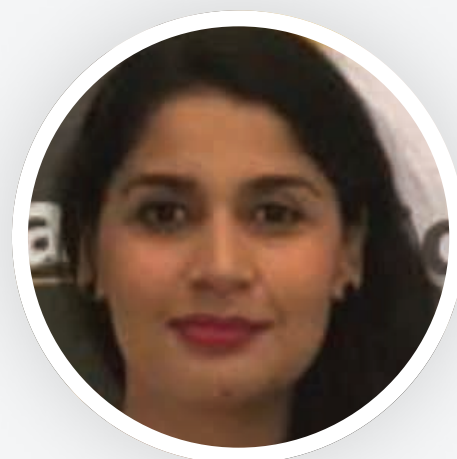
**LIÈGE
CORREIA**
JBS/Friboi



**LIGIA
DUTRA**
Cargill



**LUCIANA
VILLA NOVA**



**MARIANA
PEREIRA**
Fundação Solidaridad



**MAUREM
ALVES**
Klabin



**MIGUEL
CALMON**
WRI



**MÔNICA
DIAS**
Suzano



**NATALIA
RENERIA**
Biomás



**PAULO
MOUTINHO**
Ipam



**PRISCILA
MATTA**
Natura



**RODRIGO
CIRIELLO**
Futuro Florestal



**RODRIGO
LIMA**
Agroicone



**RUBENS
BENINI**
TNC



**TÚLIO
DIAS**
Agropalma



**VIVIANE
ROMEIRO**
CEBDS



**COALIZÃO
BRASIL**
CLIMA, FLORESTAS
E AGRICULTURA